



Deputado
do Parlamento Europeu

José Barros Moura

O apoio do Parlamento Europeu à luta pelos direitos do Homem e pelo direito à autodeterminação e independência do povo de Timor-Leste.

1. Introdução

Esta comunicação pretende, sobretudo, ter utilidade informativa quanto às iniciativas tomadas no Parlamento Europeu em apoio do povo de Timor-Leste submetido à ocupação militar da Indonésia. Proceda-se, por isso, a um levantamento tão exaustivo quanto possível de todas as iniciativas directa ou indirectamente referentes à questão de Timor na multiplicidade dos seus aspectos.

A partir desses factos procura-se, em seguida, chegar a conclusões quanto à importância da intervenção do, e no, Parlamento Europeu e sobre as melhores formas de, por um lado, melhorar a sua eficácia, tendo em vista o apoio ao povo de Timor-Leste e suas organizações nacionalistas, e aos movimentos e organizações de solidariedade e de defesa dos direitos do homem, e por outro lado de aperfeiçoar a coordenação com as iniciativas do Estado português e com a acção de outras instituições da Comunidade Europeia.

Espera ainda o autor contribuir para sensibilizar todas as organizações ligadas à luta do povo de Timor-Leste sobre as possibilidades de apoios que podem encontrar no Parlamento Europeu e nos grupos políticos nele existentes.

2. Intervenção do e no Parlamento Europeu

Uma relação detalhada das iniciativas (propostas de resolução, perguntas parlamentares, relatórios, etc.) consta do Anexo I.

Justificam menção especial:

- A Resolução sobre a situação em Timor-Leste aprovada em 10.06.88 (Doc. B2-591/88) com base na proposta de resolução que teve como primeiros signatários António José FERNANDES, José MEDEIROS FERREIRA, A. LACERDA DE QUEIROZ, Joaquim MIRANDA DA SILVA e FRANCISCO LUCAS PIRES (Anexo II). Foi a primeira proposta de resolução aprovada pelo PE sobre esta matéria.
- O Relatório Van den HEUVEL sobre os direitos do homem na Indonésia (Doc. A2-0283/87) (Anexo III) que já contém referências a Timor-Leste,
- O Relatório Van den HEUVEL sobre Timor-Leste (Doc. A2-149/88) e a Resolução a que deu origem (Anexos IV e V),
- A Resolução sobre a situação em Timor-Leste, aprovada depois da visita do Papa João Paulo II (Doc. B3-0473/89) (Anexo VI).

3. Intervenção na e da Assembleia Paritária ACP-CER

Esta Assembleia é o órgão parlamentar da Convenção de Lomé, sendo composta por tantos deputados do PE, eleitos na proporção da representatividade dos respectivos grupos políticos, quantos os Estados de África, Caraíbas e pacífico signatários da Convenção, cada um deles representado por um parlamentar. Actualmente são 88 os Estados, prevendo-se a entrada próxima do 89º, a Namíbia. Todos os 5 PALOPS são signatários da Convenção. Admite-se que se Timor-Leste, pudesse aceder à independência viesse a juntar-se aos Estados do Pacífico membros da Convenção. Partindo desta consideração, aliada às responsabilidades constitucionais de um Estado membro (Portugal) quanto ao exercício do direito à independência de Timor-Leste, foi possível construir uma argumentação que venceu as resistências iniciais da Assembleia e da sua Mesa quanto à admissibilidade de propostas de resolução sobre questões referentes a um Estado Terceiro (a Indonésia) e a um território (Timor-Leste) não abrangido pela Convenção (já que a Assembleia só tem competência em matérias e relativamente a Estados abrangidos pela Convenção).

Por iniciativa conjunta dos deputados portugueses de todos os partidos e dos representantes dos PALOPS, a primeira resolução foi adoptada em Lisboa. Outras se seguiram.

- Resolução sobre a ocupação ilegal e ilegítima de Timor-Leste pela Indonésia, (Lisboa, Setembro, 1987) (Anexo VII),
- Resolução sobre a situação em Timor-Leste (Madrid, Setembro, 1988) (Anexo VIII),
- Resolução sobre Timor-Leste (Barbados, Janeiro de 1989) (Anexo IX),

Na última reunião da Assembleia Paritária, realizada na proximidade geográfica da Indonésia (Papua - Nova Guiné, 19-23.03.90), pôde verificar-se quanto a intervenção desta instituição (envolvendo, além, dos 12 países da CEE, tantos países do 3º Mundo e do Movimento dos Não Alinhados) pode ser incómoda para a Indonésia e, aliás, também para a Austrália. Com efeito, em Port Moresby foram apresentadas quatro propostas de resolução (Anexos X a XI). Os autores chegaram a acordo sobre uma proposta conjunta (Anexo XIV).

Os Governos da Indonésia e da Austrália exerceram pressões explícitas sobre a Assembleia, distribuindo documentos na própria sala das sessões, o que motivou fortes protestos. Os Co-Presidentes dirigiram cartas de protesto àqueles Governos.

Além disso, os Governos da Papua-Nova Guiné e de outros Estados da Região foram submetidos a fortes pressões e ameaças do Governo Indonésio no sentido de impedirem a aprovação das propostas de resolução sobre Timor-Leste.

Tais ameaças condicionaram gravemente a liberdade de decisão do próprio Grupo de Estados ACP.

Por isso, e tendo denunciado os factos à Assembleia e à comunicação social, os autores das propostas decidiram propor que a votação apenas tenha lugar na próxima sessão a realizar na Europa.

Tratou-se de não agravar as dificuldades do Governo da Papua - Nova Guiné (que tem como incómodo vizinho a Indonésia) e de garantir a liberdade de decisão dos Estados do grupo ACP, procurando impedir qualquer recuo nas posições já assumidas anteriormente pela Assembleia.

Lamentavelmente, nenhum representante diplomático do Estado português esteve presente para acompanhar e procurar influenciar os acontecimentos na Assembleia.

4. Conclusões

- 4.1. Antes da adesão de Portugal, o Parlamento Europeu, apesar de anteriores tentativas, nunca tinha aprovado uma resolução condenando a ocupação de Timor-Leste pela Indonésia.

A acção conjugada dos deputados portugueses que conseguiram influenciar os respectivos grupos políticos, foi determinante para inverter uma situação antes favorável às teses da Indonésia.

O momento alto foi a aprovação do relatório Van den HEUVEL (socialista holandesa) que, depois da aprovação de uma série de alterações propostas pelos deputados portugueses, definiu uma orientação que, não só condena a violação dos direitos do homem, como reconhece o direito à autodeterminação e independência e o papel de Portugal como "potência administrante". As principais resistências partiram dos grupos democrata-cristão (PPE), devido à influência dos deputados holandeses, e dos conservadores ingleses.

- 4.2. A intervenção do e. no Parlamento Europeu favoreceu a acção do Governo português no âmbito da Cooperação Política Europeia.

Com efeito, se, inicialmente, Portugal teve de se resignar a delegar na Inglaterra a representação na reunião do Conselho CEE- ASEAN em Djakarta (1988) sem conseguir que a questão de Timor-Leste fosse, sequer, objecto de reservas da parte dos países da CEE, já depois da aprovação do Relatório Van den HEUVEL foi possível conseguir que a cooperação Política Europeia definisse uma posição comum a adoptar na Assembleia Geral da ONU.

- 4.3. Aliás, este é proventura um bom exemplo demonstrativo de que a participação na CEE pode representar a conquista de novas instâncias para fazer valer o interesse nacional e de mais alargadas possibilidades de intervenção internacional do Estado português. Ponto é que as possibilidades acrescidas de intervenção - potenciadas pelo facto de voto de Portugal ser indispensável para as decisões mais importantes - sejam convenientemente aproveitadas.

5

Em todo o caso, as posições do PE e da CPE terão sido, ao fim de muitos anos, as mais importantes e claras tomadas de posição de uma organização internacional, favoráveis à posição de Portugal.

- 4.4. A aprovação, reiterada, de resoluções favoráveis à causa do povo de Timor-Leste representou um encorajamento prático e político para os movimentos de solidariedade internacional e de defesa dos direitos do Homem.

Um índice significativo é o facto dos contactos com os deputados do PE, e os convites a estes para sessões e outras iniciativas sobre Timor-Leste, terem passado a fazer parte das formas de acção desses movimentos.

- 4.5. Entre os meios disponíveis para suscitar intervenções do PE, além dos convites e contactos individuais com deputados, destacam-se:

- a) Encontro com grupos políticos;
- b) Petições e exposições à Comissão Política (Sub-Comissão dos Direitos do Homem) do PE;
- c) Representações junto da Presidência;
- d) Petições e exposições à Comissão de Relações Económicas Externas (normalmente, a "cláusula" direitos do homem pode ser invocada a propósito dos acordos internacionais de cooperação económica e financeira e comerciais, como os que podem envolver a Indonésia ou os países da ASEAN.

De referir que as competências do PE em matéria de elaboração de acordos e tratados internacionais que envolvam a CEE (cfr. arts 228º e 238º do Tratado) envolvem o parecer prévio que, em alguns casos, deverá ser favorável.

- 4.6. As outras instituições da CEE (Conselho e Comissão) e a Cooperação Política Europeia não puseram ainda, em prática aspectos fundamentais das resoluções aprovadas. A insistência pelo seu cumprimento, o pedido de esclarecimento sobre os resultados alcançados ou sobre as dificuldades encontradas, abre possibilidades de novas iniciativas parlamentares.

Entre os aspectos mais importantes por cumprir mencionem-se os seguintes pontos do relatório Van den HEUVEL:

"12. Solicita ao Conselho de Ministros que tome iniciativas no sentido de se conseguir um acordo de cessar-fogo e a realização de um referendo, após um período transitório a definir pelas partes interessadas, que permita à população a liberdade de escolha sobre o futuro de Timor-Leste;"

"14. Insta os Ministros dos Negócios Estrangeiros, reunidos no âmbito da cooperação política europeia, a desenvolver uma acção diplomática concertada de forma a garantir ao povo de Timor Leste o direito à autodeterminação e a estabelecer contactos com todas as partes envolvidas no conflito, incluindo representantes da comunidade de Timor Leste, e a transmitir ao Parlamento os progressos conseguidos através das suas iniciativas;"

"15. Pede a todas as Instituições da CEE que tenham em atenção a actual situação colonial em Timor Leste e os termos da presente resolução nas relações que se desenvolvem no quadro CEE-ASEAN;"

"16. Pede à Comissão que tenha em conta a situação em Timor Leste nos seus contactos com as autoridades indonésias;"

"17. Pede à Comissão que, em cooperação com as autoridades portuguesas e as organizações humanitárias internacionais competentes, conceda auxílio adequado e directo, tanto a Timor Leste como aos campos de refugiados timorenses em Portugal e na Austrália;"

"18. Pede à Comissão que o informe, dentro de 6 meses, sobre os progressos realizados;"

- 4.7. A intervenção dos deputados portugueses no Parlamento Europeu e na Assembleia Paritária ACP-CEE deverá ser permanentemente apoiada pelo aparelho diplomático do Estado português e coordenada com os competentes órgãos do Estado (Presidente da República, Governo) para não haver actuações contraditórias e se potenciar a eficácia do conjunto. A melhoria da informação entre todos os intervenientes é indispensável.
- 4.8. A coordenação com as iniciativas dos 5 PALOPS é importante (caso da Assembleia Paritária). Mas a questão não é exclusivamente "portuguesa" (apesar das responsabilidades constitucionais do Estado português) nem "lusófona". A experiência comprova haver vantagens em associar às iniciativas o mais largo espectro possível de nacionalidades e forças políticas.

De resto, alargar o campo dos que apoiam Timor-Leste é necessário para neutralizar uma das linhas da propaganda oficial da Indonésia que responsabiliza exclusivamente Portugal pelo que aconteceu em Timor-Leste.

30/4/90